

Escuta aos CADES Regionais para colher subsídios à elaboração participativa do Plano Municipal de Educação Ambiental de São Paulo (PMEA-SP)

Índice

Seção 1 - Identificação dos(as) respondentes	pág 14
Seção 2 - Diagnóstico	pág 10
Seção 3 - Comunicação e engajamento	pág 22
Considerações finais	pág 26

A Prefeitura de São Paulo assumiu o compromisso de até 2024 elaborar o primeiro Plano Municipal de Educação Ambiental da capital paulista (PMEA-SP). Esta ação inclusive faz parte do Plano de Ação 2021 - 2024 para Implementação da Agenda Municipal 2030, além de o PMEAS-SP passar a ser considerado como um dos planos ambientais no Plano Diretor Estratégico (inclusão feita a partir do processo de revisão do PDE, em curso). A elaboração do PMEAS-SP já foi iniciada e será participativa: nela, os Conselhos Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES Regionais) são atores chave.

Por isso, o Grupo de Trabalho Participação Social e Territórios que está ajudando a conduzir a elaboração participativa do PMEAS-SP construiu um formulário online para escuta inicial dos conselheiros(as) recém empossados(as) nos 32 Conselhos Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES Regionais).

Este formulário ficou aberto para respostas entre 23 de março e 17 de abril de 2022, e teve contribuição de 150 conselheiros(as), com tempo médio de preenchimento de 1h40, porque era um questionário longo, com muitas perguntas abertas (ver o questionário completo no Anexo, ao final).

Os CADES Regionais existem desde 2007 e têm o objetivo de engajar a população, através de seus representantes, na discussão e formulação de propostas socioambientais junto às subprefeituras. Compete a cada uma delas, por meio do(a) Subprefeito(a), conduzir tais propostas e aconselhamentos. Atualmente vive-se um bom momento para o fortalecimento da governança dos CADES Regionais, pois em 2021 houve processo unificado de eleições para representantes da sociedade civil e todos os 32 CADES Regionais estão ativos.

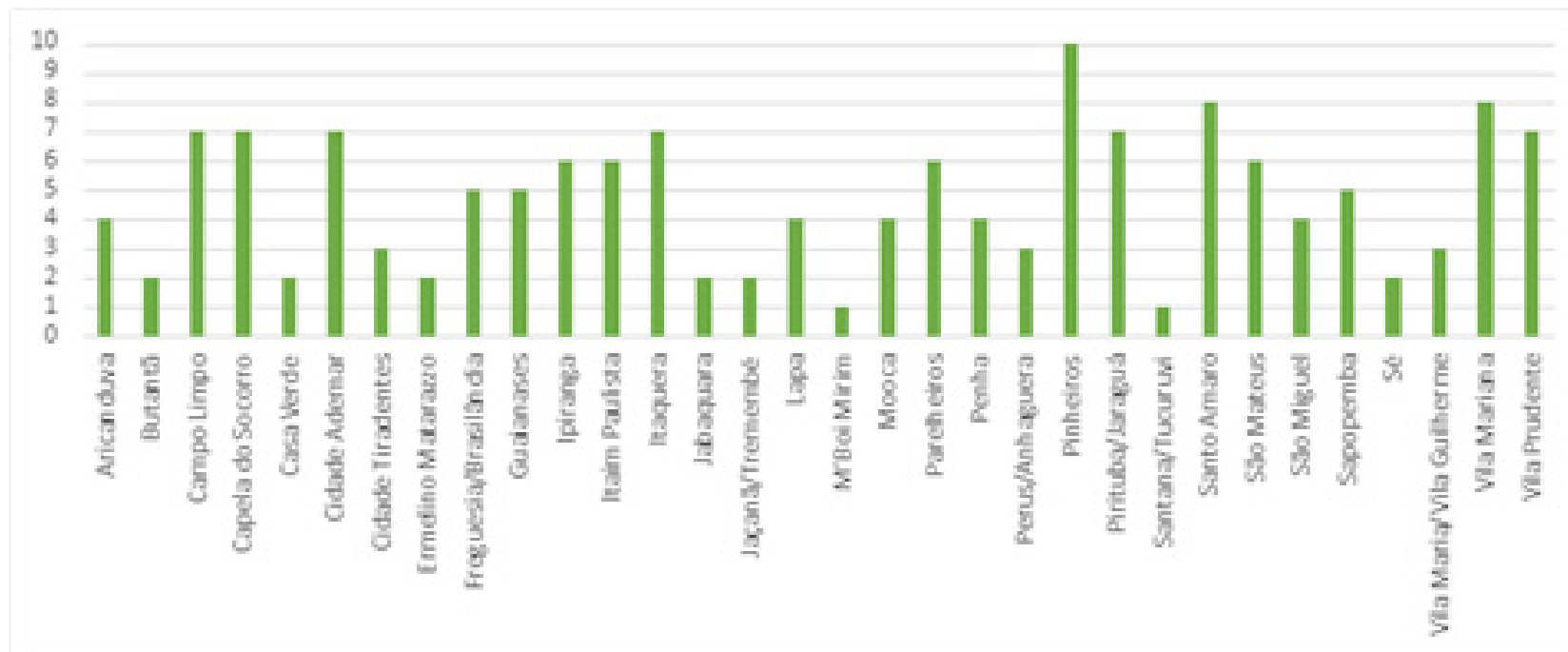
A seguir, apresentaremos a sistematização dos principais dados colhidos neste processo de escuta inicial, que se aprofundará por meio da realização de oficinas.

Seção 1

Identificação dos(as) respondentes

A consulta aos CADES Regionais recebeu contribuições de conselheiros de todas as Subprefeituras, conforme pode ser visto no Gráfico 1, abaixo:

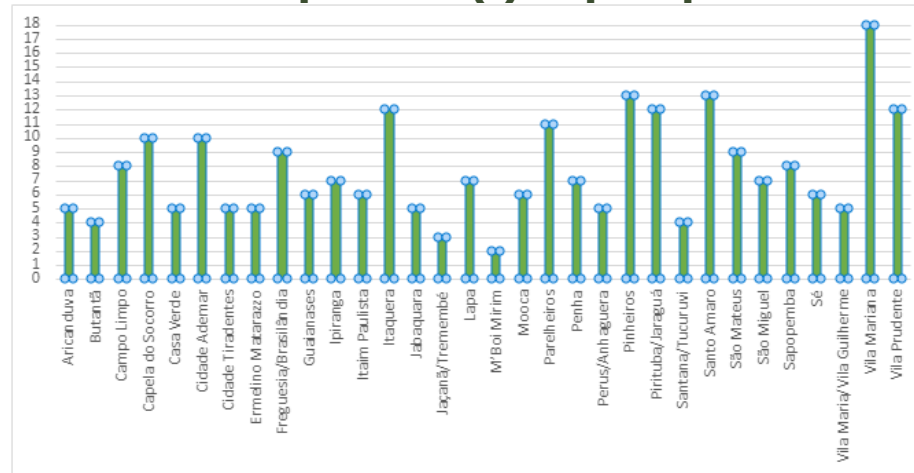
Gráfico 1 - CADES Regional do qual o(a) respondente é conselheiro(a)



O questionário também pedia à pessoa que selecionasse todas as Subprefeituras nas quais ela tem atuação. De maneira geral, as respostas condiziam com a Subprefeitura na qual o(a) respondente é conselheiro(a).

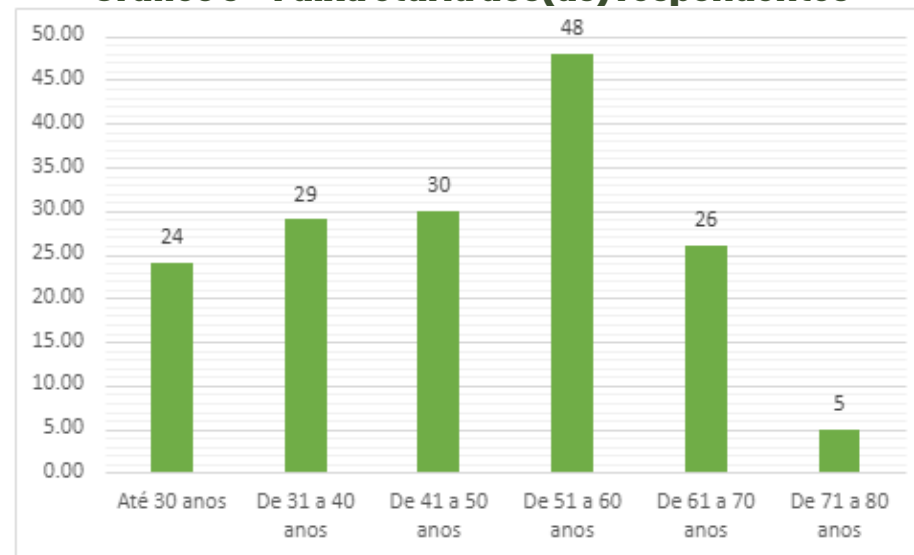
Mas, como houve pessoas que informaram que atuam em mais de uma região, os dados gerais das duas questões (e respectivos gráficos) apresentam diferenças: enquanto houve mais respondentes de Pinheiros, a Subprefeitura na qual mais respondentes atuam é a Vila Mariana.

Gráfico 2 – Subprefeitura(s) na qual a pessoa atua



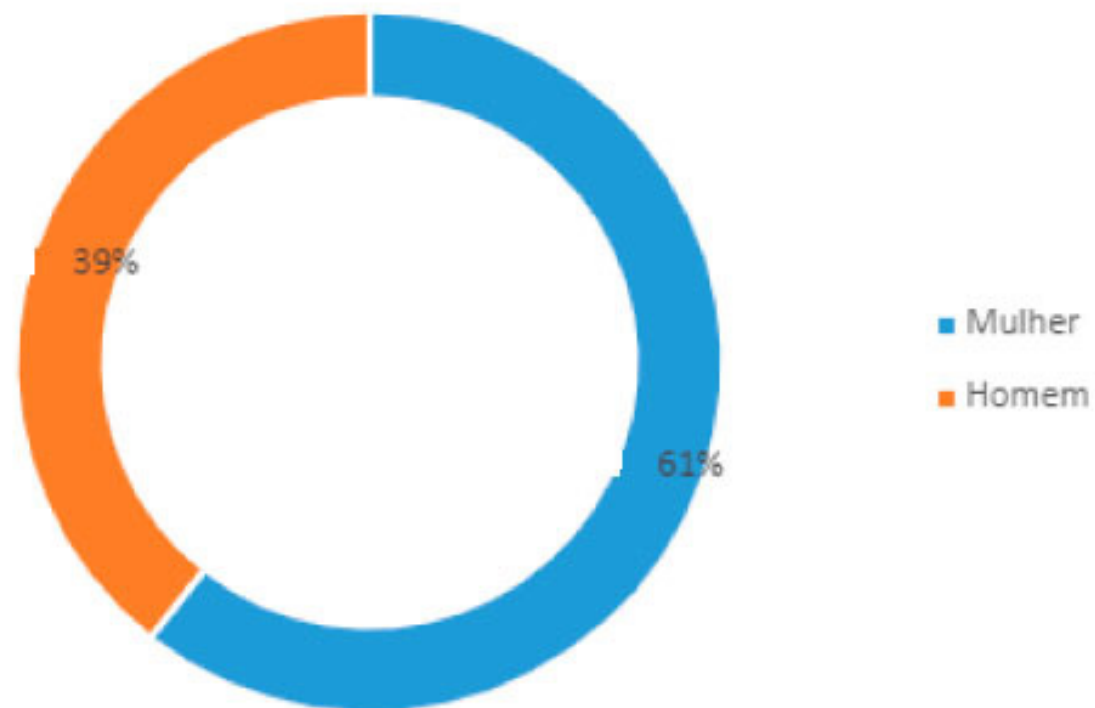
Com relação à idade, a faixa etária mais numerosa de respondentes foi de 51 a 60 anos:

Gráfico 3 – Faixa etária dos(as) respondentes



Já em relação ao gênero, a maioria dos(as) respondentes é mulher:

Gráfico 4 – Gênero dos(as) respondentes



Ainda na Seção de Identificação, os(as) conselheiros(as) responderam a uma questão opcional e aberta sobre em que ele(a) trabalha e qual a relação do seu trabalho com a temática socioambiental. A categorização das respostas gerou as duas tabelas abaixo, nas quais é possível ter uma visão geral das ocupações mais recorrentes dos respondentes e a relação delas com a temática socioambiental:

Tabela 1 – Com que o(a) conselheiro(a) trabalha

Trabalha como	Nº de pessoas	Trabalha como	Nº de pessoas
Servidor(a) público (administrativo)	21	Empregado(a) doméstico(a)	2
Líder comunitário(a)	16	Salva-vidas	1
Educador(a)	13	Agente da Vigilância Ambiental	1
Arquiteto(a) e urbanista	10	Porteiro(a)	1
Artista/artesã(o)	8	Engenheiro(a) ambiental	1
Aposentado(a)	6	Engenheiro(a) civil	1
Empresário(a)/Empreendedor(a)	6	Engenheiro(a) químico(a)	1
Gestor(a) de parque	5	Assessor(a) parlamentar	1
Advogado(a)	5	Desempregado(a)	1
Biólogo(a)	4	Vigilante	1
Motorista	3	Conselheiro(a) tutelar	1
Comunicador(a)	3	Médico(a)	1
Assistente social	2	Químico(a)	1
Consultor(a) de Tecnologia da Informação	2	Zelador(a)	1
Gestor(a) ambiental	2	Psicólogo(a)	1
Analista financeiro(a)	2	Engenheiro(a) agrônomo(a)	1
Estudante	2	Atendente	1

Tabela 2 - Relação do trabalho com a temática socioambiental

Área de interface	Nº de pessoas que citaram
Educação ambiental	16
Participação social	14
Arborização urbana/reflorestamento	10
Gestão/reaproveitamento de resíduos	8
Horta comunitária/urbana	7
Saúde	7
Agroecologia/Permacultura	5
Planejamento urbano	5
Parque como espaço de convívio saudável com natureza	4
Proteção dos mananciais e	4
Apicultura	3
Licenciamento	2
Proteção animal	2
Captação de água da chuva	1
Segurança	1
Mobilidade	1

Seção 2

Diagnóstico

A seção de diagnóstico era composta, em sua maioria, por questões abertas, de livre resposta. Na questão sobre o que a pessoa entendia ser meio ambiente e natureza, algumas fizeram a distinção entre meio ambiente (influenciado pela ação e presença humana) e natureza (mais distante da ação e presença humana). Mas a maioria dos(as) conselheiros(as) não fez essa distinção e abordou meio ambiente e natureza de forma integrada, relacionando com as seguintes ideias chave: vida; espaço de coexistência; todo integrado; entorno; casa; conjunto de ecossistemas; produções que articulam o físico, biológico, cultural e histórico; áreas verdes; fauna, flora, solo, ar e água; dádiva.

Na mesma linha, o questionário perguntava o que a pessoa entendia ser educação ambiental. As respostas, novamente abertas e livres, foram variadas e profundas. Abaixo, apresentamos a sistematização geral delas, vinculando-as a quatro enunciados agregadores:

Tabela 3 - Percepções sobre o que é educação ambiental

Enunciado agregador	Nº de pessoas vinculadas
É conscientizar as pessoas da importância e prática de cuidar, preservar e manter a natureza/meio ambiente	50
É a educação para convivência harmônica, responsabilidade e respeito por meio de vivências e práticas de valorização da vida e com abordagem integrada e interdisciplinar	38
Educação ambiental são os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para lhes permitem compreender os problemas ambientais e ajudar a combatê-los	33
Ensinar sobre: a reciclagem, importâncias das áreas verdes, de jogar lixo no lugar certo, importância de preservação dos mananciais, Agenda 21, consumo consciente, respeitar as matas, não poluir	9

Essas percepções de educação ambiental dialogam com a definição legal presente na Política Municipal de Educação Ambiental (Lei Municipal nº 15.967/2014), que em seu artigo 2º afirma que “entende-se por educação ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada”.

Duas preocupações trazidas por conselheiros(as) nesta questão, para as quais a elaboração do PMEAS-SP deve estar atenta são:

- “Educação Ambiental é um termo que deveria ser repensado, porque separar a questão ambiental de todas as questões do dia a dia só faz com que as pessoas pensem que as questões ambientais são opcionais”;
- “A educação ambiental é primeiramente um direito. Também é um caminho, uma ferramenta essencial, de sensibilização e mobilização comunitária para ações de transformação local e global para um planeta mais saudável e sustentável”.

O PMEAS-SP deve ser visto justamente como um instrumento estratégico municipal que pode fortalecer a promoção do direito ao meio ambiente previsto na Constituição Federal. E isso se alinha também a marcos internacionais, porque desde 1972, data da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, em Estocolmo, a Organização das Nações Unidas reconhece a educação ambiental como um ponto fulcral no desenvolvimento das sociedades. Em 1975, através da Carta de Belgrado, o conceito de educação ambiental é aprofundado e sistematizado visando “formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas. Uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente na resolução das dificuldades atuais, e impedir que elas se apresentem de novo.”

Face aos desafios globais e regionais que o mundo atravessa, e que a cidade de São Paulo também vivencia, é oportuno revisitar os três objetivos da educação ambiental definidos na Declaração de Tbilisi, de 1977 e que se encontram presentes nas respostas dadas pelos(as) conselheiros dos CADES Regionais a respeito do que entendem por educação ambiental:

- A Educação Ambiental deve abranger pessoas de todas as idades e de todos os níveis, no âmbito do ensino formal e não-formal;
- A Educação Ambiental deve constituir um ensino geral permanente, reagindo às mudanças que se produzem num mundo em rápida evolução. Esse tipo de educação deve também possibilitar ao indivíduo compreender os principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva visando à melhoria da vida e à proteção do ambiente, atendendo-se aos valores éticos;
- A Educação Ambiental deve ser dirigida à comunidade despertando o interesse do indivíduo em participar de um processo ativo no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor. Por sua própria natureza, a Educação Ambiental pode, ainda, contribuir satisfatoriamente para a renovação do processo educativo.

O questionário também possuía uma pergunta aberta sobre o que a pessoa conhece dos conflitos e problemas ambientais do lugar onde mora. As respostas foram sistematizadas agregando em macro temas os problemas mais citados e a quantidade de menções a eles.

É importante lembrar que, como a resposta era livre, a pessoa poderia citar mais de um problema. O descarte irregular de resíduos e entulhos foi disparado o problema mais citado, com mais que o dobro de menções do segundo tema mais recorrente (desmatamento/corte irregular de árvores), conforme pode ser visto na tabela ao lado:

Tabela 4 – Problemas e conflitos ambientais dos territórios

Problemas e conflitos ambientais do seu território	Nº de menções
Descarte irregular	49
Desmatamento / corte irregular de árvores	24
Moradias irregulares (“invasões”)	22
Poucas áreas verdes ou mal cuidadas	21
Enchente/alagamento	20
Poluição das águas	18
Esgoto a céu aberto/falta de saneamento básico	15
Nascentes e rios soterrados/canalizados	13
Falta de conscientização/educação da população	12
Disputas pelo uso do solo/especulação imobiliária	11
Ocupação de APPS	10
Falta de poda de árvores ou poda inadequada	10
Impermeabilização do solo	9
Incêndio/queimadas	9
Falta de coleta seletiva e/ou compostagem	8
Poluição do ar	8
Verticalização acelerada	6
Pessoas em situação de rua	5
Trânsito	5
Falta de calçadas	4
Perda de biodiversidade	4
Poluição sonora	4
Urbanização caótica/sem planejamento	3
Ilhas de calor	3
Pobreza/desigualdade social	3
Violência urbana	3
Poluição visual (propaganda ilegal)	2
Mineração	2
Desmoronamento	2
Desperdício de água	2
Monocultura	1
Contaminação do solo	1
Transporte público precário	1
Falta de castração de animais	1
Violência contra mulher	1
Violência contra crianças	1

Na questão aberta sobre como a educação ambiental pode contribuir para lidar com esses conflitos e problemas, as respostas retomaram pontos destacados no retorno à pergunta sobre o entendimento de educação ambiental de cada um(a), com ênfase nos seguintes pontos de contribuição:

- Trazer ao conhecimento das pessoas e contribuir para qualificar sua ação, repensando valores, hábitos e atitudes.
- Entender melhor os problemas e quais instrumentos contribuem para amenizá-los ou solucioná-los;
- Fomentar a organização social para ação cidadã no enfrentamento desses problemas;
- Promover articulação e trabalho em rede, envolvendo diferentes instâncias e agentes;
- Realizar ações de comunicação e engajamento, na linha de campanhas de conscientização;
- Promover a troca de experiências e a divulgação de boas práticas;
- Despertar a consciência ecológica;
- Desenvolver projetos de ação direta (por exemplo: plantio, reciclagem, horta, reaproveitamento, jardins de chuva, compostagem etc);
- Fomentar a gestão ambiental participativa;
- Ajudar a desenvolver sentimentos de empatia, de comunicação não violenta, cultura de paz e mecanismos de criação de consensos por meio de diálogos construtivos.

Em diversas respostas, apareceu também o alerta de que educação ambiental é fundamental para o enfrentamento dos problemas socioambientais locais, mas não é suficiente. Ela não consegue, por exemplo, sozinha, lidar com o problema de falta de moradia ou da existência de moradias precárias, e as moradias irregulares (“invasões”) foram o terceiro problema ambiental mais citado.

Além disso, alguns conselheiros(as) destacaram que é importante lembrar que os efeitos da educação ambiental tendem a ser de médio e longo prazos: “Educação ambiental, por si, não resolve o hoje. Poderá fazer a diferença no futuro, se for aplicada de forma sólida e efetiva, permanente”.

Ainda na linha dos pontos de atenção advindos das respostas, destacam-se:

- Considerar educação ambiental em sua diversidade de escopos e metodologias;
- Lembrar que não se trata apenas de educar “a população”, mas também o poder público e as empresas.

Se os problemas são numerosos, felizmente as boas práticas desenvolvidas pelas comunidades também o são. Na sistematização das respostas a essa questão aberta, as boas práticas mais citadas dialogam diretamente com os problemas mais recorrentes, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

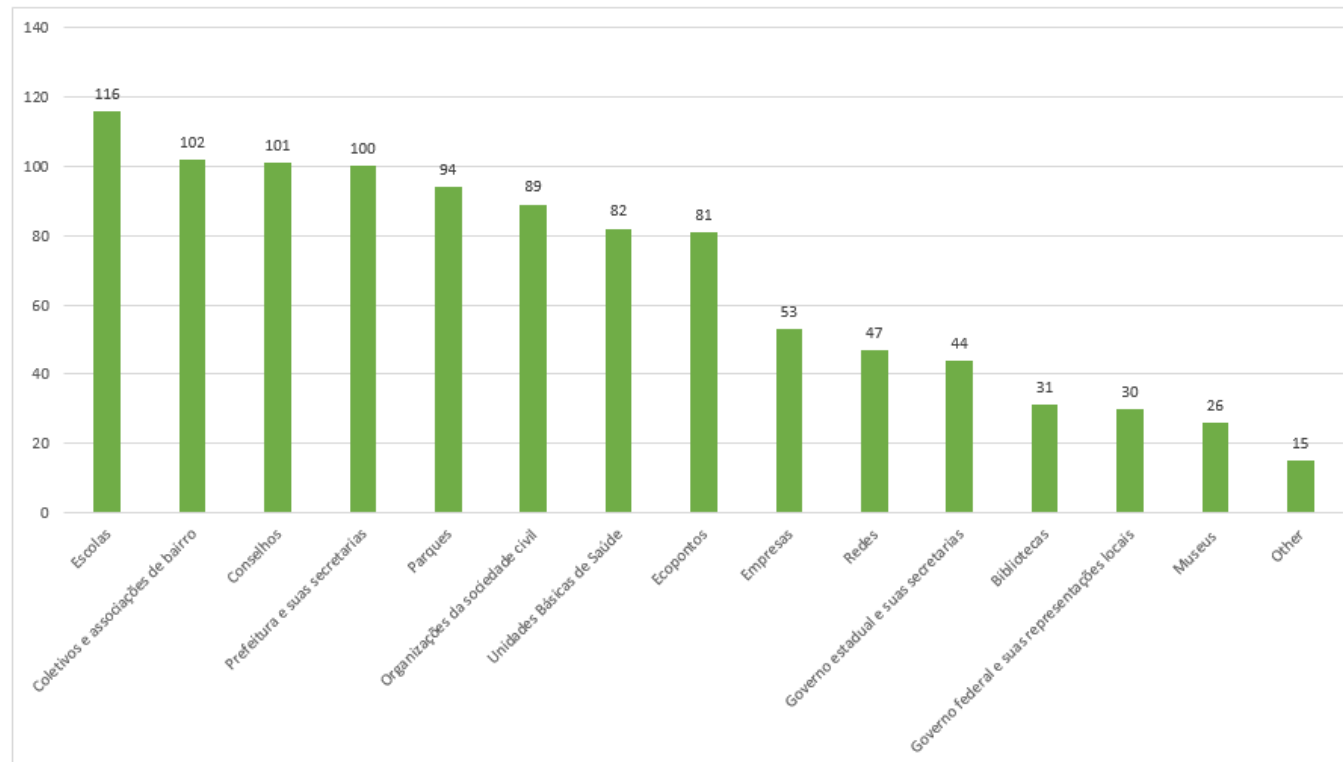
Tabela 5 – Boas práticas socioambientais que a comunidade desenvolve

Boas práticas	Nº de menções	Boas práticas	Nº de menções
Coletiva seletiva, reaproveitamento de materiais e reciclagem	41	Preservação de abelhas nativas sem ferrão	3
Plantio de árvores	30	Projetos de alimentação saudável e doação de alimentos	3
Horta comunitária/urbana	18	Captação de água de chuva	2
Palestras/orientação	17	Defesa dos animais	2
Manutenção de praças	16	Incentivo a comércio local	2
Compostagem	12	Turismo ecológico	2
Mutirão de limpeza	10	Feiras de troca	2
Gestão ambiental participativa de parques e UCs	9	Campanha de controle da poluição sonora	1
Oficinas diversas de educação ambiental	8	Campanha de combate ao fogo e ao desmatamento	1
Fiscalização cidadã	6	Economia de água	1
Caminhadas	5	Projetos de combate ao mosquito da dengue (Aedes Aegypt)	1
Agroecologia	5	Utilização de energia solar	1
Jardins de chuva	5	Incentivo à mobilidade ativa	1
Identificação e proteção de nacentes	4		

A seção de diagnóstico também tinha uma questão fechada sobre quais os parceiros estratégicos para ações de educação ambiental em cada território. O mais citado são as escolas (116 menções), seguido de coletivos e associações de bairro (102), Conselhos (101), Prefeitura e suas secretarias (100):

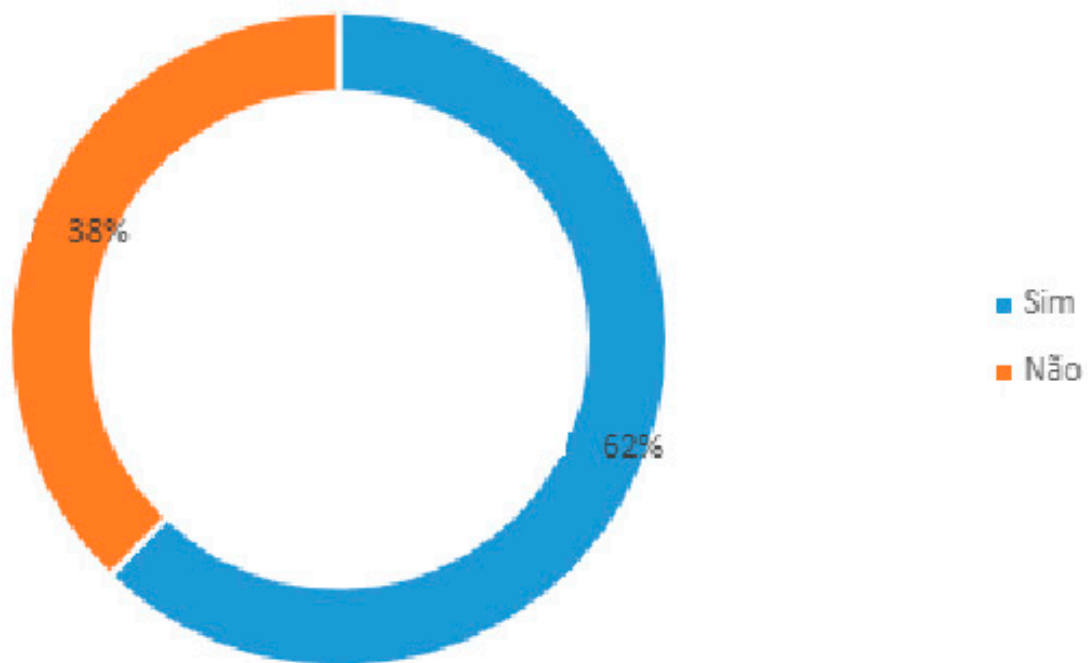
Gráfico 5 – Parceiros estratégicos para ações de educação ambiental no território

Parceiros estratégicos



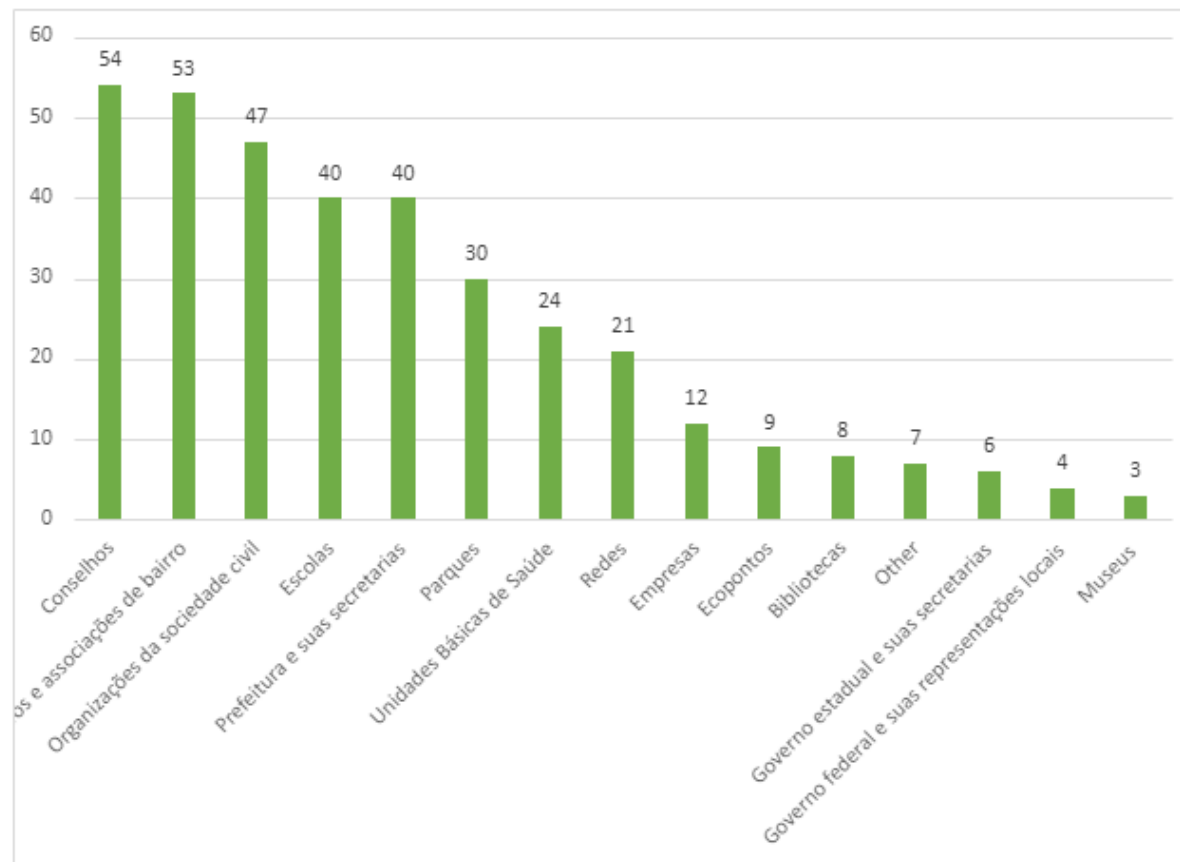
A maioria dos(as) respondentes já tem parceria estabelecida com pelo menos um desses parceiros. Mas chama a atenção a quantidade de conselheiros(as) (38 %) que afirmou não possuir parceria alguma:

Gráfico 6 - Já tem ou não parceria estabelecida



Na resposta a com quais parceiros estratégicos mapeados já há parceria firmada, os mais numerosos são os conselhos (54 menções), seguido por coletivos e associações de bairro (53). Chama a atenção o fato de que as escolas, que apareceram em primeiro lugar como parceiro estratégico potencial, apareçam em quarto lugar quando se trata de parceiro efetivo:

Gráfico 7 – Parceiros efetivos para ações de educação ambiental no território



A sistematização das respostas à questão aberta sobre que ações são desenvolvidas com esses parceiros(as) efetivos(as) mostra um leque menor de atividades do que as boas práticas ambientais das comunidades. Por outro lado, apareçam frentes novas, de cunho mais cultura, que não tinham sido citadas anteriormente, como festivais, saraus e grafiteagem:

Tabela 6 – Ações de educação ambiental desenvolvidas com os(as) parceiros(as)

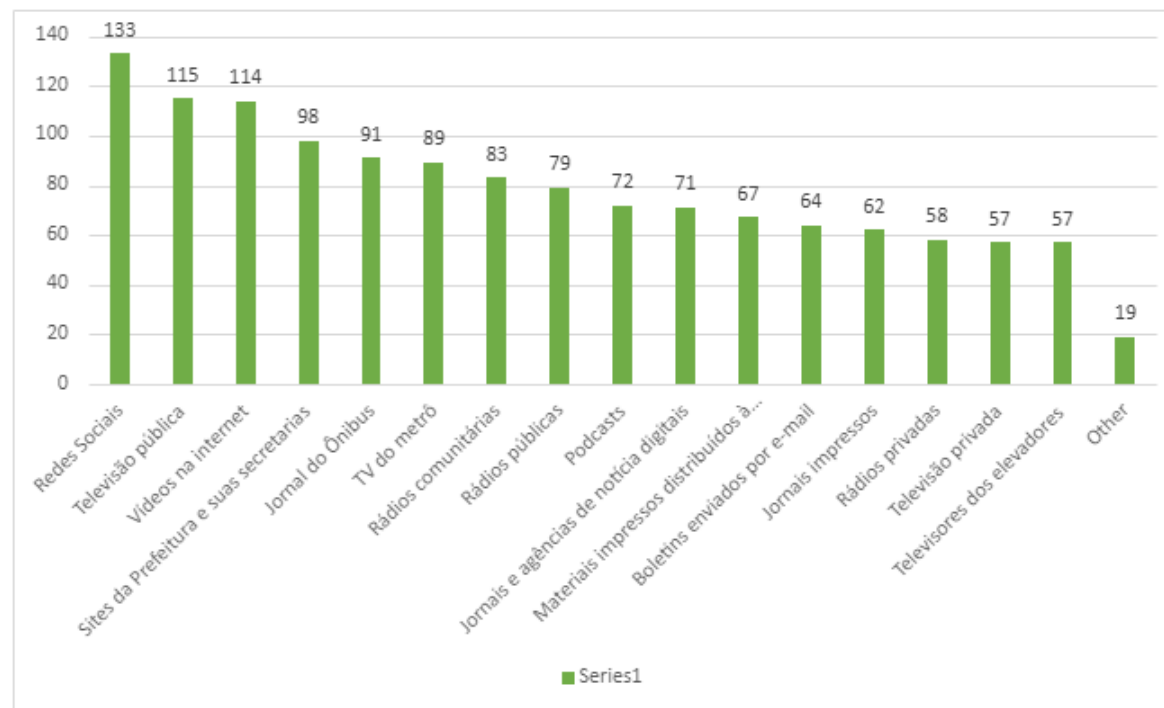
Ação	Nº de menções
Plantio de árvores	17
Palestras/orientação	13
Horta comunitária/urbana	13
Coletiva seletiva, reaproveitamento de materiais e reciclagem	7
Manutenção de praças	7
Oficinas diversas de educação ambiental	6
Mutirão de limpeza	6
Compostagem	5
Fiscalização cidadã	4
Gestão ambiental participativa de parques e UCs	4
Projetos de alimentação saudável e doação de alimentos	4
Saraus e festivais	3
Passeio ciclístico	2
Caminhadas	2
Grafitagem	1
Captação de água de chuva	1
Preservação de abelhas nativas sem ferrão	1
Feira orgânica	1

Seção 3

Comunicação e engajamento

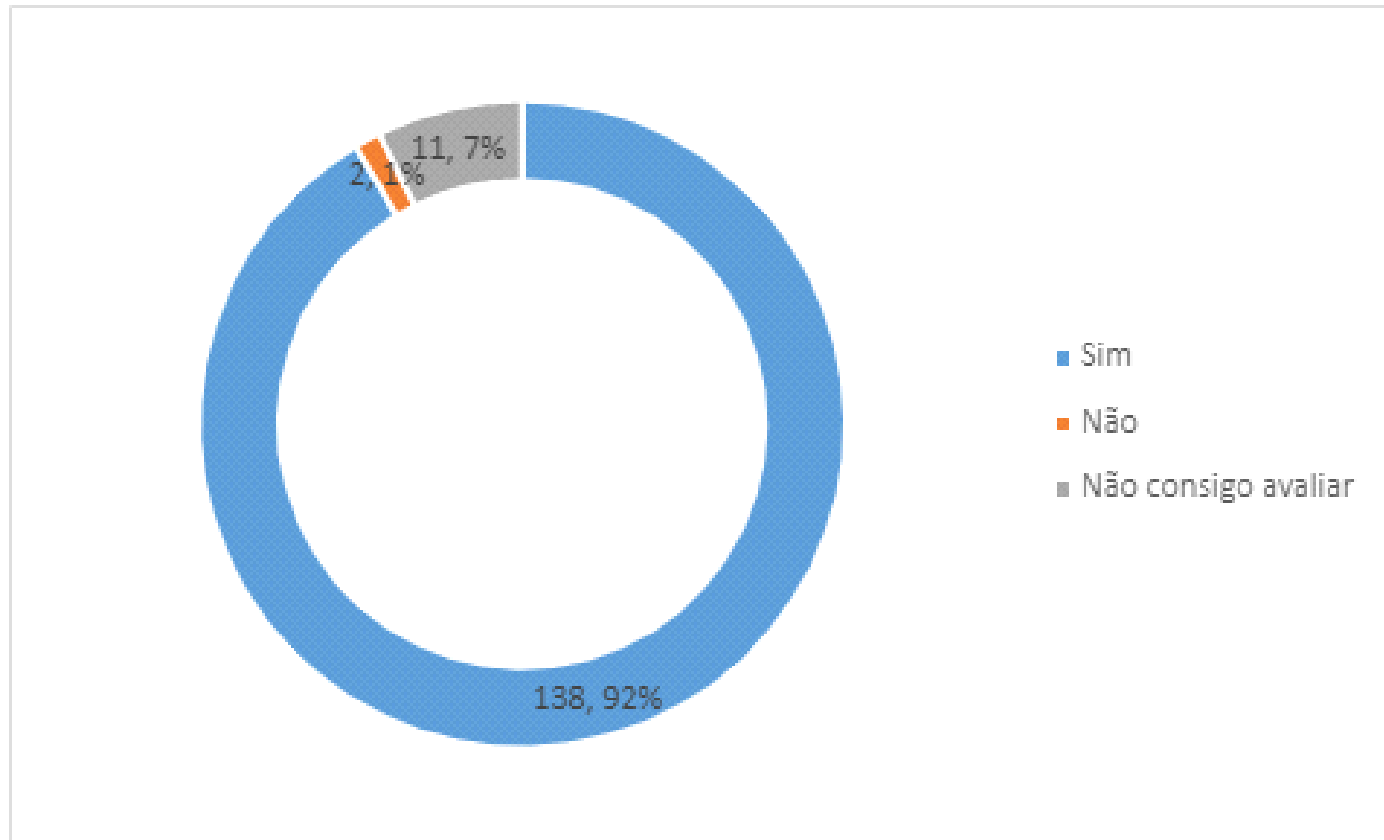
As redes sociais aparecem como canal mais recomendado para que a informação sobre as ações de educação ambiental cheguem a um público mais amplo (133 menções), seguidas da televisão pública (115) e de vídeos na internet (114):

Gráfico 8 - Canais para que a informação sobre as ações de EA cheguem a um público mais amplo



Já em relação à possibilidade de realização de uma Conferência Municipal de Educação Ambiental em São Paulo, a maioria dos(as) conselheiros(as) considera que é uma ação importante:

Gráfico 9 – Considera importante a realização da Conferência Municipal de Educação Ambiental



Na justificativa da resposta, apareceram em destaque os seguintes argumentos, vinculados à potência da Conferência Municipal de Educação Ambiental como uma estratégia de comunicação e engajamento, mas não apenas:

- Estratégia para ampliar o comprometimento de todos(as) com educação ambiental;
- Ampliar o público, o diálogo e as vozes representadas nas políticas públicas de educação ambiental;
- Estratégia para que PMEAS-SP saia do papel;
- Aumentar a divulgação do PMEAS-SP;
- Permitir que diferentes experiências de educação ambiental sejam conhecidas e consideradas;
- Fortalecer a parceria entre governo e sociedade civil;
- Chegar aos mais diversos territórios desta cidade tão grande e populosa;
- Fortalecer o trabalho em rede dentro e fora da Prefeitura;
- Perceber a Conferência em si é um processo pedagógico de educação ambiental, que amplia consciência e fomenta participação;
- Alinhar o planejamento de educação ambiental do município com as esferas estadual e nacional e, por outro lado, enraizá-lo nas Subprefeituras e Distritos.

Considerações finais

O questionário trazia ainda uma pergunta aberta sobre quais instrumentos e ações a pessoa considera importantes para o fortalecimento dos CADES Regionais. Na categorização das respostas mais recorrentes, fica evidente que para várias destas frentes o processo de elaboração e implementação participativa do PME-SP pode trazer contribuições:

- Audiências públicas;
- Coordenação e cobrança mais próximas de SVMA junto às Subprefeituras;
- Maior interlocução com as diversas secretarias municipais;
- Um canal de diálogo mais direto com o(a) subprefeito(a);
- Maior aproximação com escolas públicas;
- Formação aos conselheiros(as);
- Maior divulgação da existência e das ações dos CADES Regionais;
- Fornecimento de indicadores locais de cada Subprefeitura, estudos, mapeamentos e diagnósticos, para subsidiar os trabalhos;
- Materiais de identificação dos(as) conselheiros(as) (como coletes e crachás);
- Financiamento para projetos e ações locais de iniciativa dos CADES Regionais;
- Cronograma de reuniões mensais;
- Formação de Grupos de Trabalho;
- Parceria com universidades;
- Plataforma para integração entre os CADES Regionais;
- Estabelecimento de Plano de Trabalho, com metas e monitoramento.

Por fim, havia uma última pergunta aberta e optativa, que teve surpreendentes 109 respostas, que apresentava um espaço final para a pessoa registrar alguma outra informação ou sugestão que ela queira compartilhar com a equipe que está coordenando o processo de construção do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA-SP).

As diversas contribuições podem ser sintetizadas nas seguintes recomendações:

- Focar em ações locais, na interface com territórios;
- Mapear iniciativas de educação ambiental nos territórios;
- Institucionalizar o PMEa-SP por meio de lei;
- Ter um olhar para a escola como espaço estratégico de articulação e difusão;
- Dar ênfase para ações de educação ambiental via campanhas de comunicação e engajamento;
- Ter Conferências Regionais de Educação Ambiental, por Subprefeitura, prévias à Conferência Municipal; Contar com a parceria dos CADES Regionais na elaboração e implantação do PMEa-SP;
- Importância de o PMEa-SP ter uma ampla divulgação para a população em geral, com estratégias de comunicação atraentes;
- Urgência de ter mais atenção com aos problemas socioambientais de São Paulo;
- Apoiar de forma mais efetiva as ações de educação ambiental nos parques, estabelecendo parcerias com os Conselhos Gestores;
- Ampliar o diálogo sobre PMEa-SP com redes e coletivos da sociedade civil;
- Articular o PMEa-SP com outros planos ambientais e setoriais já existentes.



Plano Municipal de
Educação Ambiental
de São Paulo



**CIDADE DE
SÃO PAULO**